

Taxas escolares podem

8/1/87, QUINTA-FEIRA • 5

aumentar até 55%

Roosevelt Pir

A briga pelo tamanho dos aumentos das taxas escolares não terminou: os empresários que se sentem injustiçados com os índices anunciados ontem pelo governo terão ainda a chance de recorrer aos conselhos estaduais de educação para tentar chegar a uma semestralidade mais elevada. A partir de hoje, as escolas particulares de primeiro e segundo graus já estão autorizadas a cobrar reajustes de até 35% na primeira semestralidade de 1987. E também poderão, caso consigam a aprovação das associações de pais e professores, cobrar aumentos adicionais de até 15% como antecipações.

A permissão para o reajuste está em portaria assinada pelo ministro da Educação, Jorge Bornhausen. Ele afirmou que chegou aos novos índices — bem mais baixos que os esperados pelos donos das escolas — após uma série de conversas com os ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Dilson Funaro. E adiantou que a responsabilidade por novos reajustes passa para os governos estaduais a partir do segundo semestre.

Os 35% autorizados pelo governo serão calculados sobre a segunda semestralidade de 1986. O total pago nesses meses deve ser multiplicado por 1,35 e depois dividido por quatro, para que se chegue ao valor de cada parcela a ser paga neste semestre. Muitas escolas queriam dividir as novas taxas em apenas duas prestações, mas o governo estabeleceu que os pais de alunos disporão de pelo menos quatro meses para pagá-las.

Cálculo

Caso as associações de pais e mestres sintam em um reajuste adicional de até 15% este será calculado sobre o valor já reajustado em 35%. Isto é, o aumento máximo permitido pelo governo não se limita a 50% como parece, mas sim a 55,25%, que correspondem à aplicação de um índice sobre o outro.

De qualquer maneira, esse aumento de 15% será descontado de qualquer outro que venha a ser concedido no próximo semestre. Por enquanto, o governo alerta que qualquer taxa já cobrada pelas escolas para o período

que se inicia em março deverá ser subtraída do cálculo final das novas semestralidades.

— Nós acreditamos que os novos índices resolverão os problemas de mais de 90% das escolas do país —, diz Luis Bandeira, secretário-geral adjunto do Ministério da Educação e representante do MEC na comissão interministerial que tomou a decisão. «Quanto às outras escolas», ressalva, «nem um aumento de 200% seria suficiente».

Recurso

Mesmo assim, o governo optou por abrir um caminho aos empresários insatisfeitos com os reajustes. Desde que obtenham o respaldo dos pais de alunos e dos professores, eles poderão recorrer aos conselhos estaduais de educação, solicitando um aumento maior. A razão para isto é que até hoje muitas escolas alegam que suas tarifas foram congeladas quando estavam para ser reajustadas. Por isso, estariam defasadas demais para ter uma correção limitada a 55,25%.

«Quem se sente falido pode recorrer, avisa Bandeira. Mas o governo certamente não concederá um grande aumento a quem não precisar de verdade». Quem vai avaliar se os donos de escola merecem ou não reajustes adicionais serão os conselhos estaduais. Só que agora — promete o secretário-geral do MEC, Aloisio Sotero — não haverá mais predominância dos empresários educacionais nas comissões que decidem os índices.

Terão o mesmo peso que a voz do dono da escola as opiniões dos representantes dos professores, dos estudantes, dos pais de alunos, do MEC, da Secretaria Estadual de Educação e da Sunab. «A regulamentação das novas comissões sai antes da discussão dos reajustes», garante Sotero. O ministro Bornhausen é um entusiasta da descentralização, que começa com a discussão dos índices com pais e professores, passa pela concessão de poder aos estados e culmina com a criação de comissões pluralistas de decisão. «O governo tem que deixar de ser um instrumento regulador de tudo», acredita o ministro. «E a sociedade tem que participar mais ativamente».